

## **Maria da Graça Carvalho sublinha a importância das mulheres como “agentes de mudança” na transição energética**

Bruxelas, 10-02-2022

A eurodeputada do PSD Maria da Graça Carvalho, sublinhou nesta quinta-feira, na Comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade dos Géneros (FEMM), **“o papel das mulheres como agentes de mudança na transição energética (como profissionais, como tomadoras de decisão, como consumidores de energia)”**, defendendo **“a necessidade de um quadro de igualdade de género”** nas medidas da União Europeia nesta matéria.

Falando durante um debate na FEMM sobre o Parecer Eficiência Energética, do qual é relatora-sombra, e que é dirigido a Comissão da Indústria, Investigação e Energia (ITRE), Maria da Graça Carvalho anunciou que pretende introduzir várias emendas nesse sentido.

Nomeadamente, defendendo **“a valorização do papel da mulher como empreendedora e líder empresarial; enfatizando as oportunidades decorrentes de formações bem elaboradas, cursos de qualificação e programas para aumentar as carreiras nas áreas CTEM (Ciência, Tecnologia Engenharia e Matemática), tanto nas Universidades quanto nos ambientes profissionais; invocando a necessidade de um planeamento energético inclusivo de género, que deve levar em consideração os diversos impactos da transição energética nas famílias, mães solteiras, estudantes e idosos; e sublinhando as oportunidades de capacitar cidadãos, famílias e agregados familiares também através de uma melhor integração das comunidades energéticas no sistema energético e destacando o papel das mulheres nas escolhas energéticas das pessoas”**.

**“As mulheres têm um papel muito grande na tomada de decisões que afetam a economia familiar, onde o custo da energia tem um peso muito significativo”,** explica a eurodeputada. **“Por isso, é simplesmente irrealista acreditar que se alcançarão as metas estabelecidas em termos de transição energética sem um forte envolvimento das mulheres”**.

Na sua intervenção, a eurodeputada do PSD abordou também a questão da **pobreza energética**, alertando para o risco de iniciativas de outros parlamentares visando limitar o leque de cidadãos que poderão ser abrangidos por medidas de apoio: **“Nas suas propostas para substituir conceitos de clientes vulneráveis por famílias de baixo rendimento, temo que corramos o risco de subestimar os impactos noutras categorias de pessoas, bem nas PME. Quem não está vulnerável hoje pode sê-lo daqui a alguns anos, e é exatamente isso que temos de evitar”**.

Por isso, defendeu a manutenção da proposta original da Comissão Europeia nesta matéria. **“Os pobres ao nível da energia não são apenas aqueles com baixos rendimentos, mas a sua definição varia de país para país. É por isso que a pobreza energética continuará a ser uma competência nacional da política social de cada Estado-Membro”**, concluiu.